



RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Fundação Dr. Francisco Cruz
Morada	Rua Dr. Francisco Cruz
Código postal	2260-226 Praia do Ribatejo
Localidade	Praia do Ribatejo - Vila Nova da Barquinha

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500122229
Classificação de atividade económica (CAE)	87301
Conservatória	Vila Nova da Barquinha

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

Vem a Comissão Provisória de Gestão da Fundação Dr. Francisco Cruz, apresentar o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. Administração

Iniciou funções em 7 de julho de 2015 a Comissão Provisória de Gestão, formada por:

Dr. Fernando Manuel dos Santos Freire;
Dra. Marina Isabel Lourenço Parreira;
Dra. Paula Maria Gorgulho Nunes Duque Morais.

1.2. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	70.280	69.589	691	0,99%
Fornecimentos e serviços externos	235.086	198.727	36.359	18,30%
Gastos com o pessoal	440.227	455.503	-15.276	-3,35%
Gastos de depreciação e de amortização	31.247	40.182	-8.935	-22,24%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	370	1.407	-1.037	-73,71%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	100,00%
TOTAL	777.210	765.408	11.802	1,54%

1.3. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	2.000	-2.000	-100,00%
Prestações de serviços	390.573	405.388	-14.815	-3,65%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	305.892	283.889	22.003	7,75%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	39.476	106.776	-67.300	-63,03%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0	0	0,00%
TOTAL	735.941	798.053	-62.112	-7,78%

Foram concedidos à Fundação os seguintes subsídios, doações e legados à exploração:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31-dez-17	31-dez-16
ISS, IP Centro distrital de Santarém - Acordos de cooperação	299.992	282.558
IEFP - Estágios	-	419
POPH - Formação	-	-
Outros subsídios	-	-
Donativos	5.900	911
TOTAL	305.892	283.889

1.4. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-10.529	72.827	-83.356	-114,46%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-41.776	32.645	-74.421	-227,97%
Resultado financeiro	0	0	0	0,00%
Resultado antes de impostos	-41.776	32.645	-74.421	-227,97%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0,00%
Resultado líquido do período	-41.776	32.645	-74.421	-227,97%

1.5. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Fundos	261.506	261.506	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	684.871	690.424	-5.553	-0,80%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.199	33.330	-16.131	-48,40%
Resultado líquido do período	-41.776	32.645	-74.421	-227,97%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A atividade terá um incremento com o aumento do número de camas na resposta de "Estrutura Residencial para Idosos".

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

4.1. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31-dez-17	31-dez-16
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	0,11	0,10
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	10,05	10,68
Solvabilidade	Fundo Patrimonial/ Passivo total	9,05	9,68
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,90	0,91

4.2. A análise da liquidez (equilíbrio financeiro) é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31-dez-17	31-dez-16
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	5,19	5,71
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	5,18	5,70
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	4,97	4,94

5. Dívidas à Administração Fiscal, à Segurança Social e a outras entidades

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública. Quanto às entidades privadas estão a ser cumpridos os prazos de pagamento.

TT.
foras
J

6. Estrutura do quadro de pessoal

ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL	31/dez/17	31/dez/16
Contratos a termo	7	8
Contratos sem termo	31	28
TOTAL	38	36

7. Despesas com pessoal e administração

As despesas com pessoal e administração, face ao rendimento global, apresentam a seguinte relação:

Fórmula	31-dez-17	31-dez-16
Despesas com pessoal e administração / Rendimentos anuais	0,60	0,57

8. Alienação de bens que integram o património inicial da Fundação

Não foi efetuada qualquer alienação de bens que integram o património inicial da Fundação.

9. Aplicação de resultados

Face ao exposto anteriormente, a comissão provisória de gestão propõe que o resultado líquido do exercício (negativo) de 41,775.95 € (Quarenta e um mil, setecentos e setenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos) seja concretizado em resultados transitados.

10. Considerações Finais

Existiram condicionalismos nacionais de que são exemplo: a redução de rendimentos das pessoas e da redução de juros em aplicações financeiras detidas pela instituição.

Tendo em conta a aposta na melhoria dos cuidados de saúde e os rácios existentes e seguidos pela Segurança Social foi constituída uma equipa de saúde que garanta o bem estar dos utentes.

Também a estrutura do quadro de pessoal foi adaptada e reduzida.

No decorrer deste ano a comissão procurou fazer uma gestão rigorosa e cuidada sem olvidar a nomeação de uma direção de acordo com o cumprimento dos estatutos e testamento do fundador.

11. Agradecimentos

A Comissão Provisória de Gestão agradece a colaboração prestada por todos os funcionários e demais parceiros que com ela se relacionaram.

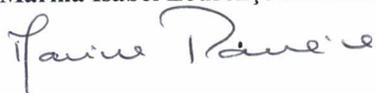
Praia do Ribatejo, 17 de Abril de 2018

A Comissão Provisória de Gestão

Paula Maria Gorgulho Nunes Duque Morais



Marina Isabel Lourenço Parreira



Fernando Manuel dos Santos Freire



Dr. Cruz

FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ

Anexo

2017

Fundação Dr. Francisco Cruz
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

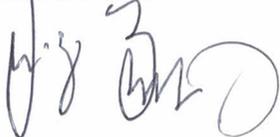
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.17</u>	<u>31.Dez.16</u>	
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais				
Recebimentos de clientes e utentes		424,306	412,811	-
Pagamentos a fornecedores		(270,384)	(391,169)	-
Pagamentos ao pessoal		(443,363)	(286,136)	+/-
Caixa gerada pelas operações		<u>(289,440)</u>	<u>(264,495)</u>	-/+
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		277,227.0	307,699.8	+/-
		<u>(12,213)</u>	<u>43,205</u>	+/-
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)				
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		(1,812)	(4,836)	-
Activos intangíveis		-	-	-
Investimentos financeiros		(40,000)	-	-
Outros activos		-	-	-
		<u>(41,812)</u>	<u>(4,836)</u>	
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		-	-	+
Activos intangíveis		-	-	+
Investimentos financeiros		-	-	+
Outros activos		-	-	+
Subsídios ao investimento		-	-	+
Juros e rendimentos similares		-	-	+
Dividendos		-	-	+
		<u>-</u>	<u>-</u>	+/-
		<u>(41,812)</u>	<u>(4,836)</u>	
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)				
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-	-	+
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	+
Cobertura de prejuízos		-	-	+
Doações		-	-	+
Outras operações de financiamento		-	-	+
		<u>-</u>	<u>-</u>	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares		-	-	-
Dividendos		-	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Outras operações de financiamento		-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	+/-
		<u>-</u>	<u>-</u>	
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)				
		<u>(54,026)</u>	<u>38,369</u>	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>-</u>	<u>-</u>	+/-
Efeito das diferenças de câmbio		<u>520,602</u>	<u>482,233</u>	
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>466,576</u>	<u>520,602</u>	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>466,576</u>	<u>520,602</u>	

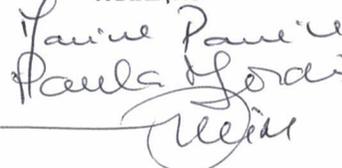
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO



Fundação Dr. Francisco Cruz

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Vendas de mercadorias	35	-	2,000
Prestação de serviços	35	390,573	405,388
Subsídios à exploração	36	305,892	283,889
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	37	-	-
Variação nos inventários da produção	38	-	-
Trabalhos para a própria entidade	39	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(70,280.10)	(69,589.28)
Fornecimentos e serviços externos	41	(235,086)	(198,727)
Gastos com o pessoal	42	(440,227)	(455,503)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	(507)	-
Provisões (aumentos/reduções)	29	-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	43	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	44	-	-
Outros rendimentos e ganhos	45	39,476	106,776
Outros gastos e perdas	46	(370)	(1,407)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(10,529)	72,827
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(31,247)	(40,182)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(41,776)	32,645
Juros e rendimentos similares obtidos	49	-	-
Juros e gastos similares suportados	49	-	-
Resultado antes de impostos		(41,776)	32,645
Imposto sobre o rendimento do período	16	-	-
Resultado líquido do período		(41,776)	32,645
Resultado por acção básico		-	-

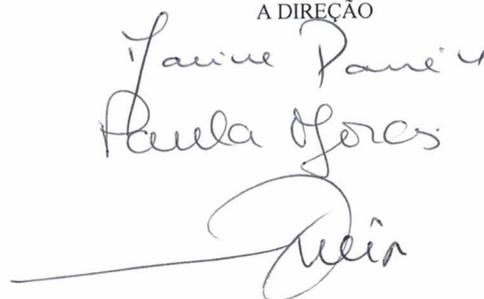
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A DIREÇÃO



Fundação Dr. Francisco Cruz
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2017
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	483,072	512,506
Propriedades de investimento	5	8,515	8,514
Activos intangíveis	6	-	-
Activos biológicos	7	-	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	-	-
Participações financeiras - outros métodos	9	-	-
Accionistas / sócios	10	-	-
Outros activos financeiros	11	2,724	2,016
Activos por impostos diferidos	12	-	-
Total dos Activos Não Correntes		494,311	523,036
Inventários	13	1,544.65	1,409
Activos biológicos	7	-	-
Cientes	14	16,649	40,922
Adiantamentos a fornecedores	15	-	31,076
Estado e outros entes públicos	16	2,164	4,644
Accionistas / sócios	10	-	-
Outras contas a receber	17	2,464	3,434.34
Diferimentos	18	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	19	40,000	-
Outros activos financeiros	20	-	-
Activos não correntes detidos para venda	21	-	-
Caixa e depósitos bancários	22	466,576	520,602
Total dos Activos Correntes		529,398	602,087
		1,023,709	1,125,123
Fundos Patrimoniais			
Fundos	23	261,506	261,506
Acções (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio	24	-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais	25	-	-
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	26	684,871	690,424
Ajustamentos em activos financeiros		-	-
Excedentes de revalorização	27	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	28	17,199	33,330
Resultado líquido do exercício		(41,776)	32,645
Total dos Capitais Próprios		921,800	1,017,904
Passivo			
Provisões	29	-	-
Financiamentos obtidos	30	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos	12	-	-
Outras contas a pagar	31	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	32	18,995	14,953
Adiantamento de clientes	33	5,218	10,286
Estado e outros entes públicos	16	11,098	10,507
Accionistas / sócios	10	-	-
Financiamentos obtidos	30	-	-
Outras contas a pagar	34	66,598	71,472
Diferimentos	28	-	-
Outros passivos financeiros	34	-	-
Total dos Passivos Correntes		101,909	107,219
Total do Passivo		101,909	107,219
		1,023,709	1,125,123

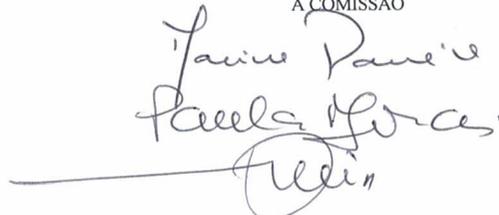
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A COMISSÃO



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis	9
6	Inventários	11
7	Rédito	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
10	Benefícios dos empregados	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
12	Outras Informações.....	12
12.1	Investimentos Financeiros	13
12.2	Clientes e Utentes	13
12.3	Outras contas a receber.....	13
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
12.5	Fundos Patrimoniais.....	14
12.6	Fornecedores :.....	14
12.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
12.8	Outras Contas a Pagar.....	15
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	16
12.10	Fornecimentos e serviços externos.....	16
12.11	Outros rendimentos e ganhos	16
12.12	Outros gastos e perdas	17
12.13	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ” é uma instituição particular sem fins lucrativos, fundação de solidariedade social, criada no cumprimento de disposição testamentária de Dr. Francisco Cruz, elaborada e aprovada em 17 de novembro de 1962 no 2º Cartório da Secretaria Notarial de Évora, com sede em Rua Dr. Francisco da Cruz, 2260 – 226 Praia do Ribatejo. NIF 500122229.

Desenvolve a sua atividade nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.



3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou



inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.



3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo



3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos

fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor – Autoridade Tributária e Aduaneiras, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84.180	-	-	-	-	84.180
Edifícios e outras construções	584.373	13.717	-	-	-	598.090
Equipamento básico	124.308	3.129	-	(914)	-	126.523
Equipamento de transporte	66.524	-	-	-	-	66.524
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	165.496	3.605	-	-	-	169.101
Outros activos fixos tangíveis	26.159	134	-	-	-	26.293
Investimentos em curso	3.357	-	-	-	-	3.357
	<u>1.054.397</u>	<u>20.585</u>	<u>-</u>	<u>(914)</u>	<u>-</u>	<u>1.074.068</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	203.361	12.696	-	-	-	216.057
Equipamento básico	96.729	12.432	-	(914)	-	108.247
Equipamento de transporte	42.133	12.208	-	-	-	54.341
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	160.219	2.077	-	-	-	162.296
Outros activos fixos tangíveis	19.852	770	-	-	-	20.621
	<u>522.294</u>	<u>40.182</u>	<u>-</u>	<u>(914)</u>	<u>-</u>	<u>561.562</u>
31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84.180	-	-	-	-	84.180
Edifícios e outras construções	598.090	-	-	-	-	598.090
Equipamento básico	126.523	736	-	-	-	127.259
Equipamento de transporte	66.524	-	-	-	-	66.524
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	169.101	1.076	-	-	-	170.178
Outros activos fixos tangíveis	26.293	-	-	-	-	26.293
Investimentos em curso	3.357	-	-	-	-	3.357
	<u>1.074.068</u>	<u>1.812</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.075.881</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	216.057	12.696	-	-	-	228.752
Equipamento básico	108.247	3.995	-	-	-	112.243
Equipamento de transporte	54.341	12.183	-	-	-	66.524
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	162.296	1.723	-	-	-	164.019
Outros activos fixos tangíveis	20.621	650	-	-	-	21.271
	<u>561.562</u>	<u>31.247</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>592.809</u>

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2016, foram os seguintes:

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31-Dez-16
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Alienações	Transfêrências	Variação do justo valor	
Propriedade investimento - Terrenos	8.515	-	-	-	-	8.515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	<u>8.515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.515</u>

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Alienações	Transfêrências	Variação do justo valor	
Propriedade investimento - Terrenos	8.515	-	-	-	-	8.515
Propriedade investimento - Edifícios	467	-	-	-	-	467
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467)	-	-	-	-	(467)
	<u>8.515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.515</u>

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,843.20	69,545.89	0.00	1,409.49	70,415.26	0.00	1,544.65
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	1,843.20	69,545.89	0.00	1,409.49	69,545.89	0.00	1,544.65
Custo Mat. Consumidas				69,589.28			70,280.10

7 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2017
Vendas	2,000.00	0.00
Prestação de Serviços		
Mensalidades / utentes - clientes	405,388.19	390,572.77
Quotas e joias	0.00	0.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	4,063.11	2,932.79
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
Total	411,451.30	393,505.56

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Governo		
ISS-IP Cto Distrital Santarém	282,558.46	299,992.06
Apoios do Governo		
IEFP	419.20	0.00
Total	282,977.66	299,992.06

10 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 36 e em 31/12/2017 foi de 38.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	372,448.98	357,310.88
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	81,813.05	79,658.88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3,080.73	2,819.27
Gastos de Ação Social	0.00	159.99
Outros Gastos com o Pessoal	-1,839.81	686.74
Total	455,502.95	440,227.29

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2017
Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros	2,015.52	2,724.41
Perdas por Imparidade Acumuladas	0.00	0.00
Total	2,015.52	2,724.41

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	40,615.53	16,825.94
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes Adiantamentos		
Clientes		
Utentes	-10,286.45	-5,395.52
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	18,646.80	11,430.42

Nos períodos de 2016 e 2017 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2016	2017
Clientes		
Utentes	306.02	306.02
Total	306.02	306.02

12.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

(11)
 1/3/17
 1/3/17

Descrição	2016	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	850.39	700.39
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	2,164.72	1,738,25
Outras operações	0.00	0.00
Outros Devedores	419.23	25.00
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	3,434.34	2,463.64

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2017
Caixa	1,234.32	2,964.13
Depósitos à ordem	61,534.75	43,889.25
Depósitos a prazo	457,832.98	419,723.03
Outros		
Total	520,602.05	466,576.41

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	261,505.79	0.00	0.00	261,505.79
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	690,424.01	32,644.60	-38,197.29	684,871.32
Excedentes de revalorização *	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	33,329.86	0.00	-16,130.82	17,199.04
Total	985,259.66	32,644.60	-54,328.11	963,576.15

Neste exercício efetuou-se uma correção referente aos anos de 2007 e 2008 que afetou a rubrica resultados transitados em 31.076,00€, este facto deve-se a regularização da conta adiantamentos a advogados. Procedeu-se ainda a uma correção nos resultados de 2016, no valor de 7.121,29€, pois a estimativa de vagas para idosos estava a ser contabilizada em duplicado.

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Fornecedores c/c	14,953.08	18,994.73
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	14,953.08	18,994.73

O saldo da rubrica de “Adiantamento a Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Adiantamento a Fornecedores	31,076.00	0.00
Total	31,076.00	0.00

Estes adiantamentos estão explicados na rúbrica resultados transitados.

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4,640.51	2,163.93
Outros Impostos e Taxas	3.28	0.00
Total	4,643.79	2,163.93
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1,777.25	1,872.98
Segurança Social	8,665.26	9,089.80
Outros Impostos e Taxas	64.71	134.85
Total	10,507.22	11,097.63

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		59,888.14		57,010.60
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		407.73		0.00
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		4,028.21		4,028.21
Credores por acréscimo de gastos		1,845.89		2,977.92
Outros credores		5,302.48		2,581.01
Total	0.00	71,472.45	0.00	66,597.74

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	282,977.66	299,992.06
Subsídios de outras entidades	0.00	0.00
Doações e heranças	911.08	5,899.96
Legados	0.00	0.00
Total	283,888.74	305,892.02

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	82,845.37	112,208.31
Materiais	23,460.82	32,905.22
Energia e fluidos	55,423.62	52,397.78
Deslocações, estadas e transportes	11,002.46	15,931.30
Serviços diversos	25,994.32	21,643.46
Total	198,726.59	235,086.07

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	10,765.48	14,528.49
Descontos de pronto pagamento obtidos	60.00	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	330.59	14.82
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	4,063.11	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	75,425.99	6,103.16
Outros rendimentos e ganhos	16,130.81	16,131.43
Total	106,775.98	36,777.90

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos	108.17	52.32
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dividas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	660.21	22.59
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	351.92	295.00
Total	1,407.20	369.91

12.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

• Praia do Ribatejo, 31 de Dezembro de 2017

Contabilista Certificado



A Comissão

